



Pág. 117  
[Handwritten signature]

**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

PARECER JURÍDICO Nº 064/2024

**Ementa:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE CESTA BÁSICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133/2021. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

**I. DO RELATÓRIO:**

Trata o presente expediente de *fase interna* de processo administrativo que tem por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE CESTA BÁSICA, PARA TENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme Termo de Referência, mediante licitação pública, na **modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, e Sistema de Registro de Preços**, com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março 2023, Decreto Municipal nº 2.115/2023, IN SEGES nº 73 de 30 de setembro de 2022 e, ainda, Lei Complementar 123/2006, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

O processo veio acompanhado de Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Relatório de Cotação, Nota Técnica, Termo de Referência, Solicitação de Despesa, Minuta do Edital e Minuta de Ata de Registro de Preços.

Eis o relatório. Passa-se à análise jurídica.

**II. ABRANGÊNCIA DA ANÁLISE JURÍDICA:**

**Cõsigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Procuradoria Jurídica, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.**

Preceitua a lei, que alguns atos administrativos devem ser precedidos de parecer para sua prática, sendo este o pressuposto/requisito do ato, fato que obriga o administrador a solicitá-lo, chamado de parecer obrigatório.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Neste caso, a obrigatoriedade a que o administrador público está vinculado, não é a da conclusão ou resultado sugerido pelo parecerista, mas da obrigação de ter que solicitá-lo por determinação legal, podendo, inclusive, agir de forma contrária a sugerida pelo prolator.

Desta forma, foram enviados os presentes autos para esta Assessoria Jurídica, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021, bem como considerando o disposto no art. 32 e seguintes do **DECRETO Nº 2.115 de 26 de Novembro de 2023**, o qual regulamenta no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Pacatuba, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Feita esta ressalva, passemos à análise do pedido.

**II - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

A obrigatoriedade de licitar consta na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI. O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva "*os casos especificados na legislação*", abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar, que é exatamente o que se observa pelas disposições dos artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/21, que tratam, respectivamente, sobre os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação.

Na Administração Pública, a **regra é a licitação** e a exceção a contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei nº 14.133/21 em dispensa e inexigibilidade.

Paralelamente, o art. 6º, inc. XLI, da Lei nº. 14.133/2021, prevê que as contratações de bens e serviços comuns deverão ser processadas obrigatoriamente adotando-se a modalidade pregão. Além disso, o pregão deve ser realizado nos casos em que o objeto *possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado* (art. 29 da Lei nº 14.133/2021).

Feitas essas considerações prévias, passa-se ao exame do caso concreto.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**III. O CASO CONCRETO:**

Levando-se em consideração os documentos que instruem o presente procedimento, e aqueles que são necessários em todos e quaisquer procedimentos licitatório, passo a analisá-los, **objetivamente:**

**(a) Exigências Satisfeitas:**

**(i) Modalidade** por tratar-se de aquisição de produtos comuns e que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, o prego é a modalidade adequada para a licitação pretendida, assim como a forma eletrônica para a disputa (art. 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021). Além disso, considerando que não há como se apurar, desde logo, se será necessária toda a quantidade pretendida, havendo, assim, o objetivo de realizar contratações futuras, mostra-se adequada a ação do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços (art. 82 e seguintes da Lei no. 14.133/2021);

**(ii) Critério de Julgamento:** menor preço por item (art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.115/2023;

**(iii) Documentos de Oficialização de Demanda:** o processo veio acompanhado de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência a fim de oficializar a necessidade da contratação e contendo todos os dados informadores para subsidiá-la, nos termos do art. 6º, inc. XXIII, e do art. 18, inc. I e § 1º, todos da Lei no. 14.133/2021. Ademais, no presente caso, cumpre esclarecer que o Documento de Formalização de Demanda – DFD fundamenta o Plano de Contratações Anual – PCA, em que a aérea demandante evidencia e detalha a necessidade da contratação e, considerando a inexistência de PCA neste Município até o presente momento; O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/21 estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

No caso concreto, verifica-se que a Administração dispensou a elaboração da análise de risco, indicando considerações à essencialidade da eficiência administrativa, a natureza ordinária e o baixo grau de risco inerente ao procedimento contratual em questão, somado à ausência de riscos significativos, à previsibilidade de demanda e custos, à standardização da solução proposta, bem como à experiência prévia da Administração Pública com o objeto contratual ou com o fornecedor, alinhada aos princípios de celeridade e economicidade que regem os atos administrativos, garantindo a continuidade e a eficácia da prestação do serviço público; Em que pese ter sido realizada a dispensa da análise de risco para o procedimento em questão, até mesmo por ser de extrema sensibilidade e agilidade que o caso requer, esta Procuradoria recomenda que a análise de risco seja elaborada em novos procedimentos, a fim de eventuais riscos possam ser mitigados.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

*(iv) Justificativa da Quantidade: no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência foi justificada adequadamente a quantidade pretendida com base na demanda pretérita, considerando-se os diversos serviços sociais e programas oriundos;*

*(v) Justificativa do Preço: ao Termo de Referência foram anexados valores pesquisados no Banco de Preços Público, sendo que o preço que a Administração está disposta a pagar corresponde à média dos preços pesquisados, de acordo com a planilha demonstrativa anexa, demonstrando que não há sobrepreço e, dessa forma, atende as disposições do Decreto Municipal nº 2115 de dezembro de 2023. **Salienta-se que fica excluída da análise deste parecer a verificação da compatibilidade dos preços fixados no Termo de Referência com os de mercado, já que estes são objeto de pesquisa e valoração exclusiva do setor técnico competente solicitante da contratação;***

*(vi) Minuta do Edital e Ata de Registro de Preços: o edital atende às exigências prescritas no art. 25 da Lei nº 14.133/2021. A minuta da Ata de Registro de Preços atende o disposto no art. 82 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021.*

**IV. DA CONCLUSÃO:**

Cumpre salientar que esta Assessoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos-administrativa. Além disso, **este parecer possui caráter meramente opinativo**, não vinculando, portanto, a decisão do gestor.

Ante o exposto, esta Procuradoria Jurídica **OPINA** pela **viabilidade** do Pregão Eletrônico com **Registro de Preços** para **contratação de empresa para aquisição de material de consumo, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social**, podendo ser dado prosseguimento à fase externa, com a publicação do edital e seus anexos.

Ressalte-se que o presente parecer restringe-se aos aspectos legais do procedimento, ausente juízos de valor referentes aos aspectos econômico e técnico, nem da oportunidade e conveniência da decisão adotada.

É o parecer. À ciência da área consultente.

*Antonio Lucas Santos Brito*  
ANTÔNIO LUCAS SANTOS BRITO

Pacatuba/SE, em 26 de abril de 2024.

**Procuradoria Municipal  
OAB/SE 13.1896**